Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

A PSICOLOGIA NO BRASIL
Do colonialismo às suas fissuras

PSYCHOLOGY IN BRAZIL
From colonialism to its fractures

GABRIEL VILELLA[1]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo problematizar a narrativa científica da psicologia no Brasil (período colonial a 1990), contestando sua pretensão à neutralidade racial e à universalidade. Para tanto, utilizamos como método a análise historiográfica crítica - construída no tensionamento entre a revisão bibliográfica e a problematização de narrativas históricas -, por meio da qual o trabalho discute a formação epistemológica da psicologia e sua ascensão como conhecimento dominante/científico. É analisado como esse saber se consolida em diferentes períodos e quais são os princípios que orientam sua organização, sem desvinculá-lo de sua dimensão política, com foco na questão racial. O artigo se estrutura em tópicos que abordam [1] as marcas coloniais da psicologia, [2] o positivismo e a consolidação da psicologia como ciência, [3] higienismo, eugenismo e a psicanálise, [4] transformações e o racismo epistemológico e [5] as fissuras contra coloniais no Brasil. O presente artigo é um convite à criação de outras narrativas históricas que se afirmem na pluralidade e no pensamento contra colonial.

Palavras-chave: História da psicologia. Raça. Racismo. Psicologia. Epistemologia.

ABSTRACT

The present article aims to problematize the scientific narrative of psychology in Brazil (from the colonial period to 1990), contesting its claim to racial neutrality and universality. To this end, we use critical historiographical analysis as the method - constructed through the tension between bibliographic review and the problematization of consolidated historical narratives-, through which the work discusses the epistemological formation of psychology and its emergence as dominant/scientific knowledge. It analyzes how this knowledge consolidates itself over time and what principles guide its organization, without detaching it from its political dimension, with a focus on the racial issue. The article is structured into topics that address [1] the colonial traces of psychology, [2] positivism and the consolidation of psychology as a science, [3] hygienism, eugenics, and psychoanalysis, [4] transformations and epistemological racism, and [5] counter-colonial fractures in Brazil. This article is an invitation to create

[1] Psicólogo e Mestre (bolsista CAPES) pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e-mail: fmvgabriel@gmail.com. Agradeço à Profa. Dra. Luiza Rodrigues de Oliveira, do Departamento de Psicologia da UFF, orientadora da dissertação que deu origem a este artigo, pela leitura atenta e pelas contribuições ao longo da pesquisa.

alternative historical narratives that affirm themselves in plurality and within the context of counter-colonial thought

Keywords: History of psychology. Race. Racism. Psychology. Epistemology.

INTRODUÇÃO

As disciplinas das ciências humanas foram em um momento histórico específico, cortes necessários nas ciências naturais para delimitação de um novo campo de conhecimento. Desviantes aos imperativos das leis naturais, as ciências como a psicologia, as ciências sociais etc., compartilham de bases filosóficas semelhantes (Japiassu, 1982). Este desvio e o solo comum a estas ciências permitiram a produção de muitas psicologias e, por consequência, muitas formas diferentes de explorar sua constituição, sua história. Como veremos adiante, ainda que plural em teorias, a psicologia teve seu saber pautado em narrativas eurocentradas, que conferiam privilégios[2] a uma população específica e, enquanto prática, na reprodução do saber colonial.

Estas narrativas históricas não foram produzidas de maneira imparcial ou natural; estão intimamente relacionadas às relações de poder, conforme aponta Adichie (2019) ao utilizar a palavra igbo *nkali*, que significa “ser maior do que o outro”:

> [...] Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do "nkali". Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder.
>
> Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que se você quer destituir uma pessoa, o jeito mais simples é contar sua história, e começar com "em segundo lugar" (Adichie, p.12, 2019).

[2] Por privilégios entendemos aqui os benefícios materiais e simbólicos que a identidade racial “branco” e de gênero “homem” possui na sociedade brasileira quando em relação ao não-branco e ao feminino. Para mais, vide Bento (2002) e Schucman (2012).

O risco de contar uma história é fazê-la única, tornando-a maior e retendo ou concedendo poder, o que resulta no enaltecimento de alguns e do apagamento de outros. Contar histórias é ato poderoso de criação e destruição de realidades e verdades.

A história única pode parecer um mero acaso, especialmente quando aquele que pretende perfazer mais uma história - entendendo que todos somos (re)produtores de histórias – tem para si unicamente as estruturas materiais e simbólicas concebidas para somente a história única. É por isso que, embora aparente ser uma casualidade ou um acidente, é efeito de uma construção estrutural complexa, cujos efeitos são sua consolidação como dominante.

Diante deste cenário, propomos recontar a história. Fazemos isso por meio de outra narrativa, que visa questionar a produção de conhecimento psicológico que se pretende não-racializado e universal. Recontá-la para que possamos compreender as problemáticas atuais, para que a psicologia não só se afirme em sua constituição diversa, mas que também atue, seja teoricamente ou em sua prática, a diversidade apagada por sua história. Assim, como forma de redistribuição de poder, para que haja mais uma história - um percurso dentre tantos outros- que se afirme na pluralidade.

Optamos, então, pela recusa à contemplatividade distanciada (Benjamin, 1987) e adotamos como abordagem uma análise historiográfica crítica. Trata-se aqui de método, um procedimento analítico construído na relação entre a revisão bibliográfica e a problematização de narrativas históricas já consolidadas. A abordagem adotada dialoga com tradições historiográficas inspiradas na arqueologia e genealogia foucaultianas (Foucault, 1969; 1971), na crítica benjaminiana das narrativas históricas (1987) e nos estudos decoloniais que problematizam as condições políticas e epistêmicas de produção do saber (Quijano, 2000; Grosfoguel, 2016; Smith, 1999). Assim, este artigo se fundamenta por meio de documentos históricos e dialoga também com autoras e autores como Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes, Maria Aparecida Silva Bento, Iray Carone, Linda Alcoff, Chimamanda Adichie. Para tanto, optamos por organizar o artigo em cinco partes.

A primeira parte intitulada “As marcas coloniais da psicologia”, aborda as influências jesuíticas como gérmen das ciências humanas e do pensamento psicológico. Em seguida, discute como Descartes promove a expansão do saber científico colonial e seus efeitos nas instituições de ensino e no fazer ciência no Brasil.

Na segunda parte intitulada “O positivismo e a consolidação da psicologia como ciência”, buscamos elucidar as disputas que aconteciam na incipiente psicologia em sua ambiguidade estrutural, a imposição da ciência naturalista, sua subsequente aderência ao positivismo aliada a penetração nas instituições de ensino, que levou sua inscrição como disciplina científica.

Na terceira parte, “Higienismo, eugenismo e a psicanálise”, temos os impactos dos ideais higienistas e eugenistas no Brasil, também como estes se beneficiaram da rápida aparelhagem da psicanálise em oposição aos primeiros cursos de psicologia social voltados para as relações étnico-raciais ocorridos na década de 1930.

A quarta parte, "Transformações e o racismo epistemológico", aborda como, na conjuntura brasileira, o debate racial no pós-guerra desafiou as visões deterministas da psicologia. Fazemos esse percurso até o fim do período militar (1964 – 1985) onde a prática do psicólogo seguiu associada ao controle e normatização e, por fim, o surgimento dos primeiros movimentos libertários.

Já na quinta e última parte, “As fissuras contra coloniais no Brasil”, trazemos a ascensão de produções aliadas aos movimentos sociais voltadas para as questões de raça, a entrada da população negra como atores da mudança em 1980 e os efeitos sentidos na década de 90.

1. AS MARCAS COLONIAIS DA PSICOLOGIA

Podemos iniciar pela localização de algumas práticas e produções do que foram chamadas por Massimi (2008) de “ideias psicológicas[3]” – uma das bases

[3] A construção dessas ideias elaboradas/aprimoradas pelos jesuítas, como pontuado por Massimi (2001), não deve ser desarticulada de um conjunto de outras dimensões da experiência humana, conforme a visão da época.

do conhecimento psicológico científico - nas obras jesuíticas do século XVI. Desde seu início, a Companhia de Jesus[4] esteve presente nos círculos de saberes europeus e constituíram as principais produções filosóficas, teológicas, morais e políticas da época. Inicialmente, sua rede de propagação se dava pelos estabelecimentos de ensino, mas para a formação jesuítica era preciso "estar no mundo" para conhecê-lo, não de forma passiva, mas conhecê-lo para "melhor estar nele e servir à glória de Deus" (Silva, 2007; p.3). Para sua formação então era necessário a prática; as conhecidas missões que já ocupavam o Brasil em meados do mesmo século.

Ainda que em materiais dispersos dentro de diferentes temas, campos e práticas, Massimi (2008) localiza a noção de "ideias psicológicas" como:

> [...] utilizada para denominar todas as elaborações conceituais e todas as práticas de intervenção com indivíduos e grupos, geralmente definíveis como "psicológicas", mas formuladas e aplicadas em épocas anteriores ao advento da Psicologia científica, por diferentes culturas e em diversos contextos geográficos e sociais. [...] (p.69).

A princípio essas ideias eram postas em práticas na preparação dos próprios jesuítas da Companhia em suas missões. Métodos introspectivos da chamada Medicina da Alma (Massimi, 2001) ou Ciência da Alma (Silva, 2007) serviam para diagnosticar as suas perturbações.

A formação prática da Companhia e o conhecimento da Ciência da Alma, contudo, tinham enquanto objeto final os jesuítas aspirantes a desbravadores que, por sua vez, tinham como principal missão a domesticação do nativo - os povos originários ameríndios, africanos e orientais, com cultura, tecnologia e cosmovisões próprias.

As missões eram braços da Igreja Católica que pretendiam justificar e autorizar, não só sua penetração em territórios não cristãos, mas também toda sua barbárie e o próprio processo das grandes navegações, como nos mostra Santos (2015) ao revisitar as Bulas Papais:

[4] Estabelecida por Ignácio de Loyola, a Companhia de Jesus foi uma ordem religiosa que buscava conciliar a herança do catolicismo medieval e os ideais renascentistas. A partir de um método formativo/ pedagógico específico executava sua missão. Para os povos não- europeus isso dizia respeito a sua aculturação "através do processo de cristianização" (Massimi, 2001, pp. 625).

> Nós [...] concedemos livre e ampla licença ao rei Afonso para invadir, perseguir, capturar, derrotar e submeter todos os sarracenos e quaisquer pagãos e outros inimigos de Cristo onde quer que estejam seus reinos [...] e propriedades e reduzi-los à escravidão perpétua e tomar para si e seus sucessores seus reinos [...] e propriedades (Bula "Romanus Pontifex", Papa Nicolau V, 08 de janeiro de 1455)

As “ideias psicológicas” serviam seu propósito ao instrumentalizar aqueles que cumpriam as ordens Papais; invadir, perseguir, capturar, derrotar e submeter os povos nativos não cristãos.

Com ajuda dos saberes e práticas da Companhia, a Europa cristã produziu suas próprias ferramentas pautadas nas noções de quem tinha ou não tinha alma, e do que ou quem era civilizado ou não civilizado. Classificavam socialmente por raças os diferentes povos invadidos e explorados no início da modernidade; diferenciava-se a exploração do nativo das Américas e o Africano ou mestiço, já que os primeiros eram vistos como seres puros, possuidores de alma e os outros com menos dignidade (Quijano, 2009).

Por estarem em sua forma natural ainda como sub-humanos ou possuidores de potências humanas (Massimi, 2005) e, a depender da raça não-humanos, não competia a eles - os colonizados- ditarem o que é uma sociedade civilizada ou se autointitular como tal, por conta da sua carência de humanidade (Santos, 2009). Como sinaliza Dussel (2009), outorgar a outras culturas entendidas como mais atrasadas os benefícios da civilização é a maneira mais direta de fundamentar tais práticas.

As ideias psicológicas coloniais construídas sobre as bases cristãs da época produziam certo conhecimento para justificar certas práticas que, por sua vez, justificavam a produção de conhecimentos similares que somavam a certos interesses. Tais produções contribuíram para a hierarquização de outras culturas a partir dos ditames cristãos-europeus e deram subsídios políticos, éticos, simbólicos e espirituais ao estabelecimento das colônias.

Junto a isso o homem europeu sofria sua grande inflexão na compreensão de mundo com a Revolução Copernicana em 1543: o universo não mais girava em torno da Terra, o dualismo da natureza terrestre, corruptível, com o quase-

divino celeste começava a se perder junto ao antigo saber filosófico. A fonte sagrada precisava ser revista e era necessário “discernir nela os ensinamentos em matéria religiosa ou moral das representações mais ou menos arcaicas do mundo e dos fenômenos naturais” (Japiassu, p.22, 1982).

Assim, o homem europeu iniciou o processo de desinvestimento da autoridade religiosa, da crença numa exterioridade, da passividade frente a natureza e se pôs a dominá-la. Os caminhos para a ciência moderna foram abertos a partir dessa primeira inflexão epistemológica e foram os primeiros passos para as ciências humanas, pois permitiram uma crítica do homem europeu pelo próprio homem europeu, uma transformação teórica e ética do homem consigo mesmo e por consequência mudanças sociais, culturais e políticas (Japiassu, 1982.).

Como nos mostra Dussel (2009), essa inflexão seguiu com Descartes que viveu no início do século XVII e teve enquanto única formação filosófica o colégio de *La Flèche*, mas abandonou-o antes dos vinte anos. Colégio fundado por Ignácio de Loyola e parte das ações da Companhia de Jesus, a mesma de muitos que foram enviados ao Brasil[5]. Suas produções assim foram diretamente influenciadas pelas práticas, métodos e teorias jesuíticas.

Para Loyola, cada jesuíta tinha subjetividade singular que deveria estar submetida ao *exercitation animi,* uma prática meditativa metodicamente executada de revisão das suas atividades e pensamentos cotidianos, exercício de autoconsciência, do *ego cogito*. Em seu trabalho, Descartes realizava outra leitura do *ego cogito* e da matemática que, mesmo em bases já conhecidas, inauguraria outro paradigma[6] filosófico: utilizou da razão e da matemática em um sentido ontológico redutivo, e para tanto separou radicalmente o corpo e a alma, a *res extensa* da *res cogitans*, em busca da verdade científica (Dussel, 2009).

Com Descartes (2005), Dussel (2009) e Passos; Kastrup; Escóssia (2009) entendemos o Método proposto como universal e tendo sua argumentação

[5] Mais detalhes em Massimi (2008), Silva (2007) e Dussel (2009).

[6] Junto a Khun (2013) utilizamos o conceito de paradigma como uma "realização científica universalmente reconhecida que, durante algum tempo, fornece problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência." (p.13). Ele não é apenas uma teoria, mas todo o arcabouço de crenças, valores, métodos e pressupostos que orienta a ciência "normal". Esse quadro de referência só é questionado em momentos de crise, quando o acúmulo de anomalias insuperáveis leva a uma "revolução científica" e à sua eventual substituição por um novo paradigma.

baseada no dualismo entre a alma e o corpo. Contudo, esse é outro paradigma para quem? Diz do corpo de quem? Também nos cabe refletir quem no século XVI era possuidor de uma alma? Que alma? Certamente não eram dos nativos americanos, de nações africanas e tampouco de povos do oriente asiático e índico. Dessa maneira, o *metá-hodos,* o caminho para um fim ou caminho determinado por um fim, o qual a base era o corpo e (principalmente) alma do homem branco- europeu- cristão, servia como medida de todas as coisas cujo produto era a dominação seja do Outro[7], seja da natureza. O homem branco europeu afastado da natureza, imagem e semelhança de Deus, enquanto o não-branco como animalesco, em seu estado primitivo, pertencente a natureza.

As produções de Descartes não romperam ou contrariaram as práticas colonizadoras da produção de conhecimento europeu. Ainda que não fosse um jesuíta missionário em solo das províncias ultramarinas, nem esse fosse o objeto de seu estudo, seu trabalho elevou estas práticas a outro patamar. A *res cogitans* e a *res extensa* que propôs universais, a partir dessa leitura, serviram como impulsionadoras das práticas colonizadoras ao expandir, sem exageros, a alma branca- cristã- europeia e o corpo branco- cristão- europeu ao universo. O novo paradigma é o de uma ciência colonizadora.

Por certo, esta não foi uma mera (re)produção acidental. A produção da história única de Descartes é parte de uma estrutura milenar de dominação de outros povos (Moore, 2007) e naquele momento em plena expansão, o que resultou em práticas concretas que reforçaram essa estrutura. O prosseguimento do projeto colonial ao se voltar a dominação da natureza e tudo que nela era entendido como produto ou subproduto, afirmava o que era *sciência* e separava o que não era considerado como conhecimento ou saber válido.

Assim os nativos, as negras e negros escravizados tinham seus saberes usurpados ou eliminados. Como exemplo, junto ao historiador Escohotado (2004), podemos citar a farmacopeia indígena que foi proibida e substituída pelos conhecimentos dos colonos; ervas e outras medicinas foram substituídas pelo vinho e orações. Contudo, a eliminação destes saberes se deu principalmente

[7] Trazemos aqui enquanto “Outro” aquele que o branco entende como não-branco, salvaguardando sua época e lugar; o Outro pode assim ser, por exemplo, o latino considerado não-branco para os europeus ou até o latino negro considerado como não-branco por latinos brancos.

em espaços “civilizados”, já que, mesmo em proporções reduzidas, muitos se mantiveram e foram passados pelas gerações. Não somente, o projeto colonial possuía porosidades, furos convenientes quando, por exemplo, os brancos faziam uso destes saberes.

Podemos observar que, em 1675, os Calundus[8] não eram permitidos. No entanto, como os brancos não dispunham de médicos para cura de seus males, recorriam às alternativas negras (Cossard, 2014). Mesmo que estes espaços existissem e fossem solicitados por brancos quando lhes conviessem, estes só deveriam existir em uma relação oficiosa. Nos parece que os povos não-brancos que habitavam o Brasil, nesse ponto, dispunham para si de –milenares- ferramentas para cuidar da alma e do corpo, que os colonizadores se esforçavam para desenvolver na modernidade.

O *cogito* cartesiano se expandiu e se capilarizou a ponto de ser tomado tanto para a filosofia - ao conduzir a razão à verdade - quanto para a cultura ao se tornar a regra para a inteligibilidade das coisas, passando a ser o norteador para as crises intelectuais. O expansionismo ultramarino europeu se deu em conjunto com essa expansão da compreensão de mundo e de conhecimento que, por consequência, provocou gradualmente inflexões epistemológicas no pensamento filosófico que foi chamado de “perda da ingenuidade da consciência clássica” (Japiassu, p. 26) e que constituiu as ciências humanas.

Foi na Europa do século XVII que a presença dos ideais humanistas, herança direta do Iluminismo, deixou sua marca ao pautar a igualdade entre os homens. Por outro lado, ocorria o aprofundamento das ideias que dentre os homens existem diferenças básicas (Schwarcz, 2005).

2. O POSITIVISMO E A CONSOLIDAÇÃO DA PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

Os efeitos inaugurados pela modernidade perduraram por séculos e, no Brasil, foram a base das instituições de ensino em todo território nacional (Soares, 2010; Schwarcz, 2005). O saber científico na primeira metade do século

[8] Espaços de cultura africana, de cura, dos usos das ervas e de adivinhações (Cossard, 2014).

XIX era algo complementar aos homens; bem-quisto era aquele propriamente educado que sabia discursar sobre ciência. A atividade científica estava voltada principalmente para o consumo de materiais importados como manuais e livros de divulgação científica, do que propriamente para os avanços científicos e a produção de materiais originais. Era próximo a um modismo que dizia somente à elite de homens brancos e que se relacionava com as questões e interesses relativos a mesma elite (Schwarcz, 2005).

As elites intelectuais urbanas recém-estabelecidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, tomadas pelo efeito do positivismo e do liberalismo, viviam a efervescência dos crescentes direitos individuais que antagonizavam com a elite escravagista do Norte/ Nordeste (Schwarcz, 2005). Massimi (2005) nos aponta que nesse período, dada a contradição vigente da pauta liberal e de um país escravocrata, o Brasil se encontrava “diante do desafio de tornar-se uma nação moderna tendo um projeto unitário político, social e cultural” (p.159). Isso se dava frente ao crescente gerenciamento do aparelho estatal das dimensões da experiência pessoal que trouxeram uma “progressiva estruturação dos papéis dos indivíduos, vindo estes a serem considerados como funções e produtos do processo social” (p.159).

Ao pautar às leis biológicas naturezas diferentes aos homens, era fortalecida “uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos” (Schwarcz, 2005, p.38) encorajada pelo surgimento simultâneo da frenologia e da antropometria. Essas teorias afirmavam a possibilidade de quantificar capacidades humanas a partir da medição de suas partes, em especial o cérebro. Surgia também na segunda metade do século XIX a antropologia criminal de Lombroso que explorou a criminalidade enquanto um fenômeno físico e hereditário, passível de ser percebido na sociedade (Schwarcz, 2005).

Este tipo de pesquisa influenciou diretamente as pesquisas sobre as doenças mentais. A frenologia teve como um de seus primeiros domínios de aplicação a loucura e buscou a partir desse modelo justificar suas práticas ao traçar relações entre a “loucura individual e a degeneração de cunho racional” (Schwarcz, 2005).

Vale ressaltar que até a segunda metade do século XX, qualquer direção

que tomemos, parece não haver uma que escape e desvie da proposta colonial ou que se relacione com epistemologias contra coloniais. Como nos aponta Clovis Moura em a Sociologia do Negro Brasileiro (1988):

> A sociologia do negro é, por estas razões, mesmo quando escrita por alguns autores negros, uma sociologia branca. E quando escrevemos branca, não queremos dizer que o autor é negro, branco, mulato, mas queremos expressar que há subjacente um conjunto conceitual branco que é aplicado sobre a realidade do negro brasileiro, como se ele fosse apenas objeto de estudo e não sujeito dinâmico de um problema dos mais importantes para o reajustamento estrutural da sociedade brasileira. (Moura, 1988, p.9).

A história das ciências humanas e da psicologia que antecedeu o século XX é também a história de outros pensamentos ou noções ocidentais que buscavam seu lugar ao sol do saber científico. Estas, a partir da circunscrição de espaços disciplinares e, referenciados ao Método, disputavam entre si a afirmação científica.

As ciências humanas desde sua emergência moderna ocuparam um lugar ambíguo ao buscar vinculação às ciências naturais, como também, ao provocar desconforto ao discurso científico moderno, já que partilhava de outro regime de inteligibilidade por constituírem uma mudança na relação teórica e prática do homem com a natureza e consigo mesmo. Ao direcionarem o homem, as interações entre si e com as coisas enquanto objeto da ciência, possibilidades inteiramente novas surgiram e puseram em questão o estatuto da ciência; entraram em jogo outros questionamentos sobre a objetividade científica, as limitações disciplinares e a subjetividade (Japiassu, 1982).

O exercício realizado pela insipiente psicologia não foi a manutenção de uma condição própria, mas a de anexação dela, de conversão aos imperativos naturalistas experimentais como condição para sua efetivação científica (Japiassu, 1982, p.32). As particularidades da psicologia a punha em terreno mais delicado: poderia ser situada em diversos saberes das ciências exatas o que comprometia a ideia de unidade disciplinar, não somente, seu solo epistemológico era a filosofia, o que lhe conferia uma característica de ciência menor (ibd. p.42).

Nesse período foram produzidos os primeiros manuais higienistas como o “Elementos da Hygiene ou Ditames Teoréticos e Práticos para conservar a saúde e prolongar a vida”, que tinha como objetivo oferecer normas para a “felicidade dos povos” (Franco, 1823). Esses manuais radicalizavam a dicotomia corpo-alma, hierarquizando o primeiro sobre o segundo: progressivamente os fatos humanos foram aproximados aos fenômenos naturais e as funções humanas localizadas no cérebro, estando estes sujeitos às leis naturais e fixas. Desse modo os fenômenos poderiam ser investigados pelo método experimental (Massimi, 2005).

Na segunda metade do século XIX, a aliança com a tradição positivista brasileira levou a aproximação dos fenômenos religiosos aos desarranjos mentais, reduzindo a religiosidade a termos unicamente psicológicos, relacionando seus efeitos à loucura e possibilitando a afirmação da necessidade de uma higiene do espírito. Essa aliança também foi a principal via de introdução da psicologia enquanto disciplina curricular em diversas instituições de ensino no Brasil. A difusão dos ideais de Augusto Comte em terras nacionais ganhou o espaço “tornado vago pela extinção gradual de antigas crenças” (Comte,1973: 128 apud Massimi, 2005), e seu principal instrumento foi a reforma na educação.

A reforma tinha como alvo não só as faculdades, mas também o ensino médio e normal como estratégia de higiene social. Multiplicaram-se os tratados médicos (em especial de higiene, psiquiatria e medicina forense) e suas abordagens sobre as problemáticas de natureza psicológica, principalmente sobre a terapia moral; a tarefa do médico era, além de cuidar do estado físico, cuidar também do estado moral dos pacientes. O saber médico foi tido como aquele capaz do conhecimento pleno do homem, ocupando o lugar tradicional da filosofia e teologia.

Não podemos perder de vista que, no final do século XVIII e início do século XIX no Brasil, também na Jamaica, Suriname e São Domingos, ocorre a intensificação das lutas e conquistas emancipatórias da população negra (Moura, 2017, Azevedo, 1987). Esse tanto, junto a pressão externa realizada pela Inglaterra, tensionava a discussão dos termos sobre os quais a abolição aconteceria: os escravizados ora eram retratados como bárbaros que buscariam vingança, ora como ameaçadores dos ideais brancos e da pele branca- pois

temia-se que o contingente livre pudesse provocar uma heterogênese racial-, ora como potencial mão de obra. A população escravocrata branca estava com medo (Azevedo, 1987).

A imigração europeia, o abandono da população a sua própria sorte e outras formas de manutenção da dominação das elites brancas, foram marcas da Abolição da Escravatura (1888) e da recém-república (1889). Uma psicologia organicista que estava em plena construção, a qual a expansão do seu projeto de cuidado e normatização ajudou contornar e medo provocado pela recente população negra livre (Azevedo, 1987).

3. HIGIENISMO, EUGENISMO E A PSICANÁLISE

Em princípios do século XX, a psicologia já estava associada amplamente a medicina em diferentes especialidades como a medicina legal, psiquiatria, neurologia e medicina social, também amplamente experimentada – aos moldes de Pavlov[9] - em diferentes laboratórios inaugurados em hospitais psiquiátricos e universidades (Soares, 2010, Massimi, 2005).

Os hospitais e sanatórios ocupavam um lugar de destaque na relação da prática médica-psicológica e a norma; a população de internos em Juquery, como nos mostra Cunha (1988), Patto (1997), Bento e Carone (2002), eram em sua maioria mulheres negras e intituladas por psiquiatras - escorados pelas mais variadas teorias e diagnósticos - como degeneradas por conta de seus traços raciais. Esses lugares, cuja taxa mortalidade eram entre 80% e 90%, estavam intimamente relacionadas aos ideais da Liga de Higiene Mental que, dentre outras coisas, almejava a esterilização da população fora da norma e por consequência seu desaparecimento.

Neste contexto a *hygiene* foi constituída enquanto prática mais ampla da medicina e foi considerada revolucionária frente a recente discussão sobre a solução dos surtos epidêmicos como febre amarela, tifo, tuberculose, varíola etc. Sua proposta foi a prevenção de doenças físicas, mentais e morais desde a mais

[9] Ivan Pavlov (1849-1936), um dos pais da fisiologia experimental, é mais conhecido por sua pesquisa sobre reflexos condicionados. Seu trabalho mais influente, *Conditioned Reflexes: An Investigation of the Physiological Activity of the Cerebral Cortex* (1927), descreve como os estímulos externos podem evocar respostas fisiológicas.

tenra idade. A vigília sobre a saúde da população foi realizada de tal maneira que se buscou o controle dos hábitos alimentares e higiênicos, como também a disciplina da sexualidade, evitando assim a degeneração.

O saber médico seguiu assumindo controle da sociedade, transformando-a em um grande hospital e dividindo-a em sãos e doentes ou regeneráveis e não-regeneráveis. Não se esperava menos da população do que de um paciente: a irrestrita passividade e adequação (Schwarcz, 2005).

O Brasil passou por mudanças significativas entre os anos 1920 e 1930, período em que o movimento sanitarista impulsiona o Estado a assumir um novo papel. Em vez de políticas de branqueamento ou imigração, a solução proposta era o saneamento do país. As campanhas de saúde pública, lideradas por figuras como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, ganharam um novo status e se tornaram um projeto nacional.

Assim, o atraso econômico, político e social do Brasil deixava de ser um problema diretamente relacionado a cor, genético e fatal, para se tornar um problema de saúde pública, que poderia ser resolvido pela medicina e pela ciência. As doenças passaram a explicar os males (econômicos, políticos etc.) do país, cabendo então combater sua origem. Os desviantes da norma eram responsabilizados pelas mazelas, ainda que de maneiras inusitadas como associar doenças endêmicas a preguiça e a indolência (Hochman, 1998).

Nesse contexto, a ideia da miscigenação como algo desejável gradualmente ganhou espaço e se estabeleceu junto ao ideal da produção de uma identidade brasileira, uma história única para ser contada: a mistura de raças seria benéfica já que a população seria embranquecida e a questão racial no Brasil seria dissolvida. A miscigenação passa a ser elogiada e, assim, o Brasil começa a produzir seu ideal de democracia racial.

Sobre estes era necessário vigília; do pobre, do negro, da negra e do mestiço. A população deveria ser incitada a ter casamentos desejáveis, evitar os maus-hábitos, coibir as atitudes viciosas (Coimbra & Nascimento, 2003; Schwarcz, 2005). Propostas estas que penetraram em diferentes setores da sociedade e passaram a definir o modelo de família, as dividindo em boas famílias e aqueles possuidores de má-herança. Os pobres e negros, possuidores da má-herança, podiam ser compreendidos enquanto dignos - aqueles que

estavam próximos aos ideais da sociedade- ou viciosos, que desviavam dela. A estes últimos cabiam a esterilização, pois eram indesejáveis ao projeto de nação por representarem um perigo social. Os dignos deveriam ser vigiados, eram portadores dessa herança maléfica e corriam os riscos de proliferar doenças (Coimbra & Nascimento, 2003).

O higienismo apontava não só soluções e a prevenção para as questões de saúde em território nacional, como também associava os males as populações desviantes à norma. Em consonância, os eugenistas agudizavam ainda mais as hierarquias raciais e sociais criando as alternativas para eliminação dos causadores desses males, da vigília da formação de uma "classe perigosa" (Coimbra & Nascimento, 2003) e da eliminação dos degenerados físicos, morais e intelectuais. Ideias amplamente aceitas pelos homens de *sciencias*[10].

Junto aos manuais de *psychiatria*, às práticas higienistas e eugênicas, a psicanálise começou a ter seus conceitos difundidos no Brasil com Belford Roxo e Porto-Carrero (Oliveira, 2002). As ideias freudianas que chegaram ao Brasil, principalmente a partir de intelectuais médicos franceses, foram utilizadas para reformar a classe desviante.

Diferente de outros países, a aderência da psicanálise no Brasil esteve intimamente relacionada com a construção de um ideal de nação brasileira tanto quanto de encobertar as deficiências da psiquiatria no que dizia das problemáticas sexuais, dos "distúrbios de personalidade do homem brasileiro que não poderiam ser suprimidos pelos recursos disponíveis pela medicina psiquiátrica" (Torquato, p.55, 2014). A psicanálise ocupou nesse momento um lugar adaptativo para os sujeitos fora da norma: o ego era o responsável para a adaptação de "id primitivo", dos "impulsos inconscientes intensos" (Porto-Carrero, 1933b:11 *apud* Torquato, p.55, 2014).

Ainda com Torquato (2014), foi a partir do intento disciplinar, civilizador e podemos acrescentar, colonizador, que a psicanálise ganhou espaço enquanto

10 Dentre tantos institutos e museus da época, um grande precursor da prática higienista foi Nina Rodrigues e sua escola - Escola Baiana de Antropologia -, como nos apontam Schwarcz (2005), Santos, Schucman e Martins (2012). Teve grande relevância nas discussões ao pautar o atraso econômico da Bahia dado a influência negra e mestiça no estado a partir do modelo psicofísico de explicação da deficiência negra e as consequências do convívio com essa raça (o mestiço não era considerado uma raça).

panaceia para os males da modernidade. Uma psicanálise utilitarista de fundo organicista sem propriamente uma prática psicanalítica, mas diagnosticadora. A aparelhagem da psicanálise ao higienismo e eugenismo se deu desde seu princípio e rapidamente passou da clínica individual para o coletivo em uma psicologia mais ampla, dando novas possibilidades para formação da identidade nacional.

O campo do saber psicológico gradualmente ganhou consistência junto à teoria psicanalítica, à sociologia e com a psicologia social: a primeira cátedra voltada exclusivamente para a psicologia surgiu na Universidade de São Paulo em 1934. No entanto, foi apenas em 1954 que a Associação Brasileira de Psicologia publicou o primeiro anteprojeto de regulamentação da formação do psicólogo (Soares, 2010). Como nos apontam Gomes (2013) e Santos, Martins & Schucman (2012) foram figuras como Raul Briquet, Arthur Ramos, Donald Pierson, Virginia Leone Bicudo, Aniela Ginsberg e Dante Moreira Leite que começaram a moldar os primeiros cursos sobre relações raciais no Brasil. Um tema comum nesses cursos era o estudo das relações étnico-raciais, com destaque para a análise das interações raciais no contexto brasileiro. Nesse momento, estes cursos marcaram um tímido tensionamento frente aos estudos psicológicos vigentes.

Apesar do declínio das produções acadêmicas sobre higienismo e eugenismo nas décadas seguintes, essas ideias deixaram marcas profundas. As práticas excludentes e os discursos de eliminação dos "desviantes" da norma branca, ainda hoje, atualizam as violências simbólicas e institucionais (Schwarcz, 2005). Como observa Japiassu (1982), os discursos das ciências humanas se entrelaçam com estratégias de poder, e no caso da psicologia, suas narrativas históricas frequentemente se alinharam às práticas coloniais.

4. TRANSFORMAÇÕES E O RACISMO EPISTEMOLÓGICO

O pós-guerra reacendeu o debate sobre as relações raciais, especialmente no Brasil, onde estudiosos como Bicudo, Ginsberg e Leite foram fundamentais na desconstrução da visão determinista biológica das raças, que prevalecia na psicologia até então (Santos, Martins & Schucman, 2012, p. 171).

No entanto, foi somente a partir dos movimentos sociais de 1960, especialmente na França após Maio de 1968, que a psicanálise se aproximou das críticas marxistas e se posicionou mais abertamente frente às questões políticas. Isso abriu caminho para novas epistemologias, métodos de pesquisa e práticas clínicas que questionavam o status quo global (Passos & Barros, 2000).

Nos Estados Unidos, greves estudantis organizadas pelos movimentos negros também abriram espaço para a inclusão dessas vozes nas universidades, impulsionando a emergência de novas epistemologias e campos de pesquisa mais críticos (Grosfoguel, 2007).

Já no Brasil, temos que considerar que esses movimentos só se assemelharam aos dos países não-latinos enquanto movimentos de libertação, já que lutas particulares foram travadas aqui: encontrávamo-nos em um contexto onde o mito da democracia racial era amplamente difundido - e ainda o é-, cujos princípios liberais (em 1970) regiam o governo ditatorial que creditavam a pobreza e a desigualdade social no país como parte do processo evolutivo de modernização e industrialização (o qual a superação se daria aos poucos).

No que diz da psicologia, como nos mostra Coimbra (1995), é possível observar que, durante a ditadura militar, dada a necessidade do controle social devido ao suposto perigo comunista, ocorreu uma “psicologização do cotidiano” e das famílias. A psicologia passou a ser entendida não mais como meio para conhecer o mundo, mas como fim. Em tempos de tensão e medo, os discursos do especialista psicólogo, daquele que possui a verdade sobre a criança, o núcleo familiar, o sujeito problemático e sobre outros saberes das ciências humanas[11], produziram o “sentimento individual e coletivo de incompetência, uma “poderosa arma de dominação” (Coimbra, p.38) que proporcionou a proliferação dos psicólogos, das práticas e teorias psi. Contudo, isso não se deu sem certa contradição.

É também durante a ditadura militar brasileira, na década de 1970, que os movimentos de reposicionamento prático-teóricos da psicologia começaram a ganhar força. A crise do Estado - crise econômica, dos modelos de saúde, de seguridade social, das políticas ditatoriais – aliada as reivindicações dos

[11] Para Japiassu (1982) este é uma herança imperialista das bases filosóficas da psicologia.

movimentos sociais, possibilitaram maior penetração nos territórios das produções e práticas psicológicas voltadas para as minorias (Mayorga, 2014). Estes e outros atores sociais trouxeram consigo outras demandas e ganharam mais visibilidade; apontaram as articulações e sistemas de poder que, mesmo distantes de ferir o *status quo* de dominação racial, tensionaram o conhecimento produzido, sendo o gérmen para as produções críticas que viriam.

Porém, podemos ver com Finch III e Nascimento (2009), junto a Alcoff (2016), que as revisões epistemológicas, metodológicas, práticas e teóricas que ganharam visibilidade nas décadas de 1970 e 1980 estavam voltadas principalmente para a questão de classe e não atentavam da mesma maneira para as relações raciais. Mesmo que estas estivessem se fortalecendo nesse período, pouco puderam penetrar nas produções psicológicas.

Seja a partir da epistemologia moderna naturalista/positivista, cujo sujeito solipsista se expande ao universo e 'some' frente à neutralidade e objetividade científica, e/ou a partir da guinada crítica em direção a uma epistemologia da ideologia (Alcoff, 2016) que produziu o sujeito inserido nas relações totalizantes (universais) de classe, as produções divergentes foram absorvidas e dissolvidas nessas epistemologias.

No Brasil não foi diferente. Os ideais marxistas reproduziram os discursos universalizantes europeus, onde os problemas eram vistos como de base econômica e outras questões eram consideradas secundárias ou derivadas disso. O homem negro e a mulher negra eram hierarquizados enquanto inferiores na psicologia globalizante do homem branco europeu, fundados/ reduzidos (n)as questões de classe e majoritariamente excluídos dos espaços universitários (Carvalho, 2003).

No jogo de forças das produções de psicologias, o que permaneceu inabalável até então, foram as relações de manutenção dos privilégios do homem ao preço das construções teóricas e práticas comprometidas com a realidade brasileira de raça. Santos (2019) faz coro a essa ideia ao destacar que as principais bibliografias que discutiam a Reforma Psiquiátrica não faziam qualquer menção as relações de raciais. Os antigos modelos clínico-individualistas aliados aos princípios liberais na década de 1980 precisavam ser

repensados e alinhados aos campos e atividades que se inauguravam, como a psicologia comunitária.

Não se tratava da ausência de materiais que se propusessem a pensar a questão racial, já que estes estavam sendo produzidos ao longo do século XX como, por exemplo, a dissertação "Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo" de Virgínia Leone Bicudo (1942), a dissertação "Tornar-se Negro" de Neusa Souza Santos (1981), com Frantz Fanon e as publicações de seus livros "Pele Negra máscaras brancas" em 1953 e "Os Condenados da Terra" em 1961, Lélia Gonzalez (1982) dentre tantos outros. O silenciamento e invisibilização de autores e obras era uma estratégia.

A invisibilização da temática racial nas relações teórico-práticas e na constituição das psicologias reproduziu o racismo epistemológico, e produz o que hoje é chamado de epistemicídio (Grosfoguel, 2007; Ribeiro, 2017). Ou seja, epistemologias e/ou práticas do conhecimento que excluem a população não-branca de questionar a norma, negando a elas autoridade epistêmica, produzindo conhecimento que prejudique o estilo cognitivo e modos de conhecimento, produzindo teorias que os têm como inferior e significando à essas populações só o que interessa ao branco, invisibilizando as produções que os valorem, produzindo conhecimento que não são interessantes a elas e que reforçam as hierarquias sociais.

Esse processo segue ocorrendo desde os princípios da psicologia científica e na produção de conhecimento colonial; na psicologia brasileira é o reflexo das estruturas de dominação euro-americana que foram refinadas a partir dos referenciais históricos de uma sociedade altamente hierarquizada por raça e gênero, mas que faz como se não houvesse tais desigualdades.

Portanto, ainda que as estimativas populacionais de pretos e pardos nas décadas de 1960, 1970 e 1980 girassem em torno de 30-50% da população brasileira em algumas regiões (Hasenbalg, Silva, 1988; Henriques, 2001), as políticas públicas, as práticas psis e a produção do saber psicológico permaneceram à margem das discussões sobre as relações raciais, mesmo incidindo diretamente sobre elas. Isso evidencia a dimensão colonial inscrita na formação social e epistêmica brasileira Assim, tanto as populações negras quanto os povos indígenas — apesar de sua representatividade numérica —

constituem fundamentos essenciais para compreender os modos coloniais de produção do saber psicológico.

5. AS FISSURAS CONTRA COLONIAIS NO BRASIL

Para Nilma Lino Gomes (2008), a concretização do desvio a norma epistêmica não só dizia da mudança do olhar dos teóricos sobre a realidade, mas representou, “entre outros fatores, o resultado da pressão dos movimentos sociais de caráter identitário e os seus sujeitos sobre o campo da produção acadêmica” (p.420). Isso se deu, em especial, após a conclusão da pós-graduação em 1980 de uma geração de pesquisadoras negras e negros que se inseriram nas universidades e que se fariam notar na década de 1990, após o período da ditadura militar brasileira.

Estes privilegiaram em suas produções as parcerias nos e com os movimentos sociais e suas reivindicações (que diziam também de suas vivências raciais). Passaram a articular militância e a produção de conhecimento sobre a realidade étnico-racial ao se localizarem em uma sociedade e na universidade como sujeitos racializados. Seus discursos e produções foram incomodativos à hegemonia colonial acadêmica.

Buscaram romper com a relação clássica da produção de conhecimento científico onde estavam enquanto objetos:

> São intelectuais, mas um outro tipo de intelectual, pois produzem um conhecimento que tem como objetivo dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sócio-raciais e suas vivências. Para tal, configuram- se como um coletivo, organizam-se e criam associações científicas a fim de mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento. É aqui que se localizam os intelectuais negros. (Gomes, 2009, p.421)

> Ao questionarem a produção e distribuição de conhecimento científico, a ciência, a universidade e o lugar do Outro, se colocaram enquanto sujeitos políticos indo de encontro às desigualdades em seus aspectos étnico-raciais. Isso, dentre outras coisas, se deve ainda pelas possibilidades desses sujeitos se posicionarem à frente das demandas sociais do seu tempo, como também ter outra compreensão delas, e, assim, gerarem “conhecimento e ações que impulsionem a sociedade e a própria ciência a se democratizarem cada vez mais e se redefinirem por dentro e por fora.” (Gomes, 2009, p.422).

O reposicionamento do Outro para fora do lugar de objeto, parece tornar o outro colonial, visível. O corpo, antes etéreo e pulverizado pela tradição cartesiana foi convocado a ganhar cálidos contornos, fizeram mais aparente os espaços de poder e decisão que os diferentes grupos ocupavam.

Esse movimento tensiona a neutralidade científica e a racionalidade cartesiana ao trazer novas metodologias, epistemologias, conceituações alternativas, dados históricos e pesquisas corporificadas, com narrativas próprias, que trabalham na direção da emancipação social e crítica às análises científicas superficiais fundamentadas no mito da democracia racial (Gomes, 2009; Carneiro, 2023). Podemos pensar junto a Sueli Carneiro (2023) que a afirmação do Eu hegemônico branco científico que existia a partir da negação do Outro negro, começa a estremecer (Carneiro, 2023)

Foram o gérmen para as produções posteriores como podemos observar, a título de exemplo, no levantamento realizado por Schucman, Nunes e Costa (2017) nos mostram as crescentes produções de artigo, teses e dissertações no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo[12] no tocante a temática racial. Contudo, movimento esse ainda tímido entre as décadas de 1980-90.

Na década de 1990, novas perspectivas sobre a psicologia e as relações raciais surgem com Jurandir Freire Costa, Iray Carone, Maria Aparecida Bento, Edith Pizza, Isildinha Nogueira etc. e os estudos sobre branqueamento e branquitude começaram a ganhar relevância. Estes marcam uma torção importante como nos apontam Santos, Martins & Schucman (2012): a identidade étnico/racial da pessoa branca passa a ser objeto e responsável pelo problema racial.

[12] O Instituto de Psicologia da USP (IP-USP) foi criado em 1969 a partir da antiga seção de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1930), é a a mais antiga escolas de Psicologia no Sudeste do Brasil. Foi em seu âmbito que Virgínia Leone Bicudo defendeu, em 1942, sua dissertação *Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo*, trabalho pioneiro na Psicologia Social que marca o início da discussão acadêmica sobre raça na disciplina, refletindo a ambiguidade da instituição na produção do saber colonial e na emergência das primeiras críticas. Embora o histórico institucional do Instituto de Psicologia da USP mencione nomes como Annita Cabral, Otto Klineberg, Ecléa Bosi e outros professores da chamada “Missão Francesa”, não há referência à participação de Virgínia Leone Bicudo — mulher negra, pioneira na psicologia social e na psicanálise no Brasil, e uma das primeiras pesquisadoras a abordar as relações raciais em sua dissertação (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2025a; 2025b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo pretendeu contar uma outra história, demonstrando as marcas do colonialismo e das estruturas de dominação racial enraizadas na consolidação da psicologia no Brasil até o ano de 1990. Através dessa outra história, pudemos acompanhar como o saber psicológico foi instituído enquanto disciplina e saber científico e, neste percurso, observar como as condições para sua constituição histórico-racial e institucional, ainda que diversas, operaram diferentes regimes de invisibilidade e apagamento da população negra no Brasil.

Material e simbolicamente, a psicologia foi importante na intensificação do regime de exclusão racial e no controle social dessa população, tanto em seu movimento de consolidação quanto após sua institucionalização. Atuou como um dos signos do eurocentrismo e do positivismo – lastreado no dualismo cartesiano –, servindo aos interesses das elites brancas como parte da estratégia de embranquecimento da população e subsidiando a produção de uma identidade nacional que invisibilizou as produções de outras identidades raciais.

Sua instituição enquanto saber maior foi constituída em oposição a um Outro: esse negro objeto de estudo e intervenção. As alternativas que implicavam o reposicionamento dessa equação – do pesquisador neutro, incorpóreo, distante e debruçado sobre seu objeto de pesquisa – tardaram a conquistar espaço nas universidades. A inversão dessa equação só pôde ganhar lugar quando, concretamente, corpos diversos começaram a ocupar os assentos nas universidades antes ocupados, principalmente, por uma elite branca. Estes não apenas estreitaram o fazer pesquisa às necessidades da população negra, como também produziram caminhos para incluir outros agentes nas discussões e problemáticas raciais: a população branca.

O presente artigo foi estruturado segundo a linearidade histórica comumente adotada nas instituições de ensino para permitir que o leitor, por si mesmo, (des)encontre o já conhecido e perceba a importância de produzir narrativas que vão de encontro às coloniais. O trabalho se configurou, portanto, como um convite à necessidade de racializar o campo do saber da psicologia e à realização de mais produções contra coloniais que abordem ativamente a temática racial. Esse convite é estendido à prática profissional: convocamos a

refletir sobre os métodos e conceitos utilizados, questionando de que forma as intervenções clínicas e institucionais podem, inadvertidamente, reproduzir as estruturas históricas de exclusão abordadas pelo presente estudo.

No tocante às delimitações do estudo, as fissuras históricas que identificamos apontam para a necessidade de aprofundamento em pesquisas futuras. As evidências levantadas neste artigo sugerem a importância de analisar não apenas os efeitos das políticas de acesso à universidade e dos programas de pós-graduação, mas também os impactos dos novos movimentos sociais e das epistemologias negras e indígenas na produção de conhecimento, ampliando a compreensão sobre as dinâmicas históricas de exclusão e inclusão no campo acadêmico.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALCOFF, Linda Martín. **Uma epistemologia para a próxima revolução.** Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 37-70, jan./abr. 2016.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Bula Romanus Pontifex**. Papa Nicolau V - 1455. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3907997. Acesso em: 12 ago. 2024.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco**: o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Irene (Orgs.). Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo**. 1942. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1942.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVALHO, José Jorge de. **Ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico nas ciências sociais brasileiras**. In: Teoria e Pesquisa. São Paulo: EDUSP, v. 42 e 43, p. 303-340, jan.-jul. 2003.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Guardiães da Ordem:** Uma viagem pelas

práticas psi no Brasil do Milagre. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lígia de Oliveira. Jovens Pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo; IULIANELLI, Jorge (Orgs.). Jovens em tempo real. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COSSARD, Gisele. **Awô**: O mistério dos Orixás. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUSSEL, Enrique. **Meditações Anti-Cartesianas sobre a Origem do Anti-Discurso Filosófico da Modernidade**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009. p. 283-336.

ESCOHOTADO, Antonio. **História elementar das drogas**. 1. ed. Lisboa: Antígona, 2004.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1961].

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silva. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952].

FINCH III, Charles S.; NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Abordagem afrocentrada, história e evolução**. In: Afrocentricidade. São Paulo: Edições Selo Negro, 2009. p. 37-70.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, a genealogia e a história.** In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1971. p. 15–38.

FRANÇA, Eduardo Ferreira. **Investigações de Psicologia**. São Paulo: EDUSP / Grijalbo, 1973 [1854].

FRANCO, Francisco de Mello. **Elementos de hygiene ou ditames teoréticos e práticos para conservar a saúde e prolongar a vida**. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias, 1823.

GOMES, Janaina Damaceno. **Os Segredos de Virgínia**: Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955). 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.8.2013.tde-14032014-103244. Acesso em: 22 out. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade Étnico-racial e Formação Continuada de Professores (as) da Educação Básica:** Desafios Enfrentados pelo Programa Ações Afirmativas na UFMG. In: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; LEÃO, Geraldo (Orgs.). Quando a Diversidade Interroga a Formação de Professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 109-131.

GOMES, Nilma Lino. **Intelectuais negros e produção do conhecimento**: reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009. p. 419-441.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de Negro**. 2. ed. São Paulo: Marco Zero, 1982.

GROSFOGUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas:** racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016.

GROSFOGUEL, Ramón**. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais**. Ciência e Cultura, São Paulo: SBPC, v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice, 1988.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil:** evolução das condições de vida e indicadores selecionados. Texto para Discussão n. 807. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: Características gerais da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/censo. Acesso em: 12 ago. 2024.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução à Epistemologia da Psicologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MASSIMI, Marina. **A Psicologia dos Jesuítas:** Uma Contribuição a História das Ideias Psicológicas. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 625-633, 2001.

MASSIMI, Marina. **Estudos históricos acerca da psicologia brasileira:** uma contribuição. In: História Da Psicologia: Pesquisa, Formação, Ensino. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 69-83.

MASSIMI, Marina. **O processo de institucionalização do saber psicológico no Brasil do século XIX.** In: História da Psicologia: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2005. p. 159-168.

MAYORGA, Claudia. **Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária.** Athenea Digital, Barcelona, v. 14, n. 1, p. 137-163, 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.1089. Acesso em: 12 ago. 2024.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo na história. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala:** quilombos, insurreições, guerrilhas.

São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2017.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de. **Os primeiros tempos da psicanálise no Brasil e as teses pansexualistas na educação.** Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 133-154, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982002000100010. Acesso em: 12 ago. 2024.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides. **A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 16, n. 1, p. 71-79, 2000.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Apresentação. In: **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 7-16.

PATTO, Maria Helena Souza. **Para uma crítica da razão psicométrica.** Psicologia USP, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 47-62, 1997. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-65641997000100004. Acesso em: 12 ago. 2024.

PAVLOV, Ivan. **Conditioned reflexes:** an investigation of the physiological activity of the cerebral cortex. Londres: Oxford University Press, 1927.

PORTO-CARRERO, Júlio. **Sexo e cultura**. Rio de Janeiro: Guanabara Waissman Koogan, 1933.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 227-278.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-118.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Horizontes Antropológicos, v. 25, n. 54, p. 361-366, 2019.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. **Saúde mental da população negra**: uma perspectiva não institucional. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 10, n. 24, p. 241-259, 2018. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/583. Acesso em: 24 set. 2025.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTÍNS, Hildeberto Vieira. **Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais**. Psicologia**:** Ciência e Profissão, Brasília, v. 32, n. esp., p. 166-175, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012. Acesso em: 16 ago. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos**: modos e significações. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-72.

SANTOS, Neusa Souza. **Tornar-se Negro:** As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. 1981. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clinical) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 286 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

SCHUCMAN, Lia Vainer; NUNES, Sylvia da Silveira; COSTA, Eliane Silvia. **A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais**: perspectivas emergentes. Psicologia USP, v. 28, n. 1, p. 144–158, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-6564A20132413. Acesso em: 12 ago. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Paulo José Carvalho da. **A Ciência da Alma da Antiga Companhia de Jesus:** reflexões sobre a história e epistemologia da psicologia. Circumscribere: International Journal for the History of Science, v. 3, p. 1-10, 2007.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies**: research and Indigenous peoples. London: Zed Books, 1999.

SOARES, Antonio Rodrigues. **A Psicologia no Brasil**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 30, n. esp., p. 8-41, 2010.

TORQUATO, Luciana Cavalcante. **A recepção da psicanálise no Brasil:** o discurso freudiano e a questão da nacionalidade. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9MKLG3/1/ppgpsicologia_lucianacavalcantetorquato_dissertacaomestrado.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Histórico do Instituto de Psicologia**. São Paulo: IP-USP, [2025a]. Disponível em: https://www.ip.usp.br/site/historico-16/. Acesso em: 20 out. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – Histórico**. São Paulo: IP-USP, [2025b]. Disponível em: https://www.ip.usp.br/site/pst_pos/historico/. Acesso em: 20 out. 2025.

Recebido em 20/09/2024.

Aprovado para publicação em 20/07/2026.